

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 10171-05.67/15.9 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 202407 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

CPF / CNPJ / Doc Estr: 08.838.143/0001-89

ENDEREÇO: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 1501
PRAIA DE BELAS
90110-150 PORTO ALEGRE - RS

EMPREENDIMENTO: 182388

LOCALIZAÇÃO: KM 13 RS 049
SANTO ANGELO - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -28,28209326 Longitude: -54,16385957

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: AEROPORTO DE SANTO ANGELO

RAMO DE ATIVIDADE: 4.730,30

MEDIDA DE PORTE: 77,30 área total em hectares (ha)

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

- 1.1- esta licença defere a operação de aeroporto para transporte de passageiros, sendo vetado o transporte de cargas e/ou produtos perigosos;
- 1.2- esta Licença não contempla os demais empreendimentos existentes no interior do sítio aeroportuário (Hangar Pluma, Escola de Aviação Civil e Aeroclube), os quais devem possuir licenciamento específico;
- 1.3- esta licença não autoriza a operação regular de abastecimento de aeronaves no local, considerando a inexistência de Parque de Abastecimento de Aeronaves instalado, sendo autorizados apenas abastecimentos emergenciais/eventuais estritamente necessários à manutenção de condições seguras de voo, desde que em conformidade com as normas vigentes;
- 1.4- cópia desta licença deve permanecer na sede do empreendedor, sendo imprescindível que todos os engenheiros/supervisores envolvidos tenham conhecimento do exposto neste documento licenciatório;
- 1.5- está licenciado:
 - 1.5.1- a operação do Aeroporto de Santo Ângelo que possui área total de 77,3 ha e é composto de:
 - 1.5.1.1- pista de pouso e decolagem (1625 x 30m), pátio de manobras (100 x 45m) e Taxiway (117,14 x 22,31m);
 - 1.5.1.2- Terminal de passageiros com A= 327,47 m²;
 - 1.5.1.3- Sessão contra incêndio A = 230 m²;
- 1.6- está vetado:
 - 1.6.1- a ampliação das áreas pavimentadas sem autorização prévia através da abertura de processo específico;
 - 1.6.2- qualquer alteração do padrão de drenagem natural na área do empreendimento;
- 1.7- deverão ser adotadas medidas com vistas a evitar a erosão do solo e assoreamento dos recursos hídricos na área do empreendimento;

2. Quanto à Intervenção em Vegetação Nativa e Manejo Florestal

2.1- está vetado:

- 2.1.1- a supressão de vegetação primária e vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à utilização e proteção da vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica e Reserva da Biosfera;
- 2.1.2- a supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial e médio de regeneração;
- 2.1.3- a supressão de exemplares arbóreos da flora nativa com distribuição espacial irregular e aleatória;
- 2.1.4- a supressão de exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme legislação vigente;
- 2.1.5- a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente;
- 2.1.6- modificações ou retificação de cursos d'água situados na área de influência direta do empreendimento;
- 2.1.7- a intervenção nas nascentes presentes no local e no entorno, compreendido numa área com raio de 50,0 metros, devendo ser preservadas integralmente, de acordo com as regulamentações ambientais vigentes;

3. Quanto à Fauna:

- 3.1- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres, conforme legislação vigente;
- 3.2- não poderão ser desenvolvidas atividades no interior do sítio aeroportuário que caracterizem focos de atração de fauna, em especial de aves;
- 3.3- é proibida a intervenção em vegetação em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor aguardar o término do período para proceder com corte e supressão;

4. Quanto ao Abastecimento com Líquidos Combustíveis e Inflamáveis:

- 4.1- a área de tancagem de combustível utilizado no gerador deverá ser mantida impermeabilizada e protegida por bacia de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 4.2- o recebimento de combustível por transporte rodoviário só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis de Poluição na FEPAM;
- 4.3- as embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo deverão sofrer a logística reversa;
- 4.4- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a legislação vigente;
- 4.5- os óleos não rerrefináveis devem atender o disposto na legislação vigente;
- 4.6- no caso de desativação do local de abastecimento, deverá ser apresentado Plano de Encerramento de Atividades à Fepam, a ser aprovado por esta, conforme Resolução Conama n° 273/2000;
- 4.7- não está previsto Parque de Abastecimento de Aeronaves no local (PAA), ficando o empreendedor ciente que para sua implantação e operação deverá requerer licenciamento específico;

5. Quanto à Supervisão Ambiental:

- 5.1- deverá ser contínua e com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes das atividades desenvolvidas no empreendimento, sejam sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes, bem como fazer cumprir os planos e programas ambientais e de emergência, além de respeitar as condições e restrições desta licença;
- 5.2- deverá ser apresentado anualmente, a título de juntada ao respectivo processo administrativo, Relatório de Supervisão Ambiental, com a relação das providências tomadas em atendimento às condições e restrições desta Licença, juntamente com memorial descritivo e fotográfico, tudo devidamente acompanhado pelas ARTs dos responsáveis técnicos pelas informações prestadas;
- 5.3- a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou a Equipe Técnica do Empreendedor deverão informar imediatamente à FEPAM, a ocorrência de qualquer situação que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste documento licenciatório;

6. Quanto às Manutenções e Obras Emergenciais:

- 6.1- está licenciado:
 - 6.1.1- manutenção através de reparos, recapagem e/ou recuperação das áreas pavimentadas, contemplando a pista, conforme informações do referido processo administrativo;
 - 6.1.2- capina, roçadas e podas, exceto corte raso;
- 6.2- as manutenções e obras emergenciais que tiverem grande vulto e/ou considerável potencial poluidor, deverão passar por avaliação prévia da Fepam a fim de que possa haver a devida manifestação quanto à correta forma de proceder com os trâmites para licenciamento ambiental;

- 6.3- as manutenções e obras emergenciais deverão ser devidamente registradas em memorial fotográfico e descritivo, contendo ART vigente (data início/prev.final) do profissional habilitado que acompanhou os procedimentos, bem como justificativa técnica, medidas mitigadoras e de controle ambiental, além de imagens de satélite com a localização geográfica;
- 6.4- deverá haver efetivo acompanhamento da Equipe de Supervisão Ambiental e da Equipe Técnica do Empreendedor nas atividades em que houver intervenção emergencial em vegetação nativa e/ou APP no empreendimento;

7. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 7.1- os efluentes líquidos gerados deverão, após tratamento, ser infiltrados no solo de acordo com as normas técnicas NBR 7.229 e NBR 13.969 da ABNT;
- 7.2- não poderá haver lançamento de efluentes sanitários em corpos hídricos ou na rede pluvial, mesmo que tratados;

8. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 8.1- as operações na área do empreendimento não poderão produzir emissões de substâncias odoríferas e/ou tóxicas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de sua propriedade, ou que venham causar incômodos à vizinhança;
- 8.2- os níveis de ruído gerados pela atividade da empresa deverão atender aos padrões estabelecidos pela NBR 10151 e 10152 da ABNT, conforme legislação vigente;
- 8.3- os padrões de qualidade do ar e as condições de poluentes atmosféricos deverão estar de acordo com a legislação vigente;

9. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 9.1- deverá ser seguido o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), tanto dos resíduos gerados nas obras de manutenção ou emergenciais, quanto dos resíduos oriundos da operação do empreendimento;
 - 9.1.1- a implementação do PGRS deverá ter o acompanhamento da Equipe de Supervisão Ambiental, a fim de integrar o Relatório de Supervisão Ambiental;
- 9.2- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;
- 9.3- está vetado:
 - 9.3.1- o uso de áreas de preservação permanente (APPs) para descarte ou disposição de resíduos de qualquer natureza;
 - 9.3.2- o lançamento ou descarte de resíduos e efluentes em desacordo com as normas ambientais vigentes;
 - 9.3.3- a queima a céu aberto de resíduos sólidos de qualquer natureza, bem como qualquer tipo de processamento térmico para transformação de resíduos, sem o prévio licenciamento ambiental;
- 9.4- as lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverão ser armazenadas íntegras, embaladas e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 9.5- deverá ser preenchida e enviada à Fepam, anualmente, juntamente com o Relatório de Supervisão Ambiental, a "Planilha de Geração de Resíduos Sólidos" para a totalidade dos resíduos gerados (a Planilha deverá ser solicitada pelo email: infra@fepam.rs.gov.br);
- 9.6- deverá ser apresentada à Fepam, anualmente, juntamente com o Relatório de Supervisão Ambiental, a relação dos números dos MTRs emitidos durante o ano, visando ao atendimento do art. 12º, parágrafo 3º do Decreto Estadual nº 38.356/1998;
- 9.7- deverá ser verificado a validade do licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais os resíduos serão encaminhados, pois conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

10. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 10.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, contaminação do solo, vegetação e/ou recursos hídricos, a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou o Empreendedor SECRETARIA DOS TRANSPORTES, deverão informar à Fepam sobre o ocorrido;
- 10.2- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate à incêndio;

11. Quanto às complementações:

- 11.1- Apresentar no Prazo de 360 dias:
 - 11.1.1- Protocolo de processo administrativo de Autorização para manejo de fauna, em atendimento à Resolução CONAMA 466/2015;

12. Quanto à Publicidade da Licença:

- 12.1- deverá ser instalada placa de identificação, segundo modelo disponível no site da FEPAM, em local de fácil visibilidade, mantendo-a atualizada;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
- 2- Formulário de "AERÓDROMO / AEROPORTO / HELIPORTO" disponível em www.fepam.rs.gov.br;
- 3- cópia do cartão ou carimbo do CNPJ (CGC) ou cópia do CPF/CIC;
- 4- cópia desta licença;
- 5- Cópia do Cadastro do empreendimento junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC);
- 6- cópia das Licenças de Operação de todos empreendimentos autorizados que operam no perímetro de aeroporto;
- 7- declaração assinada pelo empreendedor de que houve cumprimento das condições e restrições da licença de operação, bem como de não ter havido nenhuma alteração da atividade ora licenciada;
- 8- apresentar nominativa da Equipe Técnica do empreendedor responsável pela supervisão ambiental do empreendimento, com nome, formação, e-mail, telefones, e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo e função;
- 9- Relatório Fotográfico atualizado;
- 10- Relatório de Situação Ambiental contendo:
 - planta e imagem de satélite colorida com a delimitação do empreendimento, da região que o cerca, e delimitação das zonas de ruído e cone de aproximação;
 - planta e imagem de satélite colorida com indicação e nomeação das estruturas existentes, pistas, área de estacionamento, vias de acesso, hangares, áreas de manobra, postos de abastecimento, terminal de passageiros, terminais de carga, central de resíduos, estação de tratamento de esgotos, manchas de vegetação, corpos hídricos, áreas de APP (considerando recursos hídricos, topos de morro e declividades), entre outras informações que digam respeito ao meio ambiente;
 - coordenadas geográficas da poligonal do empreendimento (em graus decimais);
 - direção predominante dos ventos, indicando a fonte do dado;
 - quadro de áreas com superfície a ser licenciada (em m²), estruturas existentes, manchas de vegetação e acessos;
 - comprimento e largura das pistas de voos, decolagens e taxiamentos;
 - número de voos (pousos e decolagens), horários do tráfego aéreo e hora-pico em cada dia da semana;
 - tipo e porte das aeronaves;
 - volume diário de pessoas que circulam na área do empreendimento;
- 11- Programa de Supervisão Ambiental voltado à operação da aeroporto contemplando as ações contínuas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Obras e da Operação do Aeroporto; Proteção de Nascentes e Mananciais; Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas; Controle e Manejo de Fauna e Remanescentes Florestais Nativos; Intervenção em Vegetação e Transplante Florestal; Gerenciamento de Áreas de Preservação Permanente; Recomposição da Mata Nativa e Reposição Florestal Obrigatória; Gerenciamento de Riscos Ambientais; Obras de Manutenção e Emergenciais; Manutenção e Abastecimento de Aeronaves; Controle de Ruídos; Monitoramento do Ar e Águas Subterrâneas, Comunicação Social e Educação Ambiental; Medidas Preventivas, Mitigadoras e de Controle Ambiental; dentre outras que forem julgadas necessárias;
 - deverá conter o cronograma executivo e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e pelo monitoramento contínuo;
- 12- Plano de Emergência (somente em DVD) com a descrição dos objetivos, as ações, os agentes, para o caso de sinistro no aeroporto, acompanhado da ART dos responsáveis pela elaboração;
- 13- Relatório Técnico sobre operação do sistema de tratamento de efluentes com a respectiva ART do responsável técnico pelas informações prestadas;
- 14- Relatório Técnico da execução do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos com as respectivas Licenças de Operação dos agentes envolvidos e ART do responsável técnico pelas informações prestadas;
- 15- Observação 1: caso haja necessidade de alguma informação específica não listada aqui, a Fepam poderá solicitar ao empreendedor via ofício, posteriormente à abertura do novo processo;
- 16- Observação 2: a documentação que estiver contida em volume físico muito grande, com muitas folhas, deverá ser apresentado em DVD com a devida justificativa;
- 17- comprovante de pagamento dos custos dos Serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Tabela de Custos disponível no site da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Qualquer alteração na representação do empreendedor ou alteração do endereço para recebimento de correspondência da FEPAM, deverá ser imediatamente informada à mesma;

Esta licença é válida para as condições acima até 25 de julho de 2020, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 25 de julho de 2016.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 25/07/2016 à 25/07/2020.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento licenciatório foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.



Nome do arquivo: 766625.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Renato das Chagas e Silva

25/07/2016 16:15:09 GMT-03:00

39553094015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.